

A INTERDISCIPLINARIDADE NA CONFLUENCIA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO ENQUANTO EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS DAS PESSOAS TRANS NAS ESCOLAS PÚBLICAS

INTERDISCIPLINARITY IN THE CONFLICT OF SOCIAL ASSISTANCE AND EDUCATION POLICY AS EFFECTIVE OF THE SOCIAL RIGHTS OF TRANS PERSONS IN PUBLIC SCHOOLS

Santos, R. S. ^{1,2}

¹ Centro Universitário Estácio de São Paulo – ESTÁCIO DE SÃO PAULO – SP

² Universidade Federal do ABC – UFABC – SP

Resumo

Neste artigo é proposta uma reflexão acerca da interdisciplinaridade, no exercício da produção de conhecimento, acerca das Políticas Públicas da Assistência Social e Educação. O objetivo é discutir de que forma a interdisciplinaridade pode auxiliar no enfrentamento das desigualdades sociais, vivenciadas pelas pessoas trans. Os estudos contemporâneos sobre a realidade da plasticidade e corporalidade dos corpos das identidades trans, frente a permanente construção social do conceito de gênero em um mundo de constante mudança, necessita do olhar interdisciplinar. O conceito de gênero permeia e organiza a vida de todos; é tão presente que já naturalizamos seus efeitos. Os olhares de vários profissionais em referência na produção acadêmica e na execução de políticas públicas, no direcionamento das identidades trans, possibilita um caminho na valorização de vidas tão desvalorizadas no início do seu percurso. A interdisciplinaridade pode contribuir no direcionamento da ampliação dos direitos sociais e a sociedade precisa estabelecer agenciamentos e conhecimentos que sejam capazes de uma transformação social. Em relação ao enfrentamento das pessoas trans no acesso as políticas públicas de assistência social e educação, torna-se dramático o enfrentamento da aprovação e desaprovação em relação as identidades de gênero e sexualidade.

Palavras-Chave: identidade de gênero, transexualidade, travestis, homens e mulheres trans, assistência social e escolas públicas.

Abstract

This article proposes a reflection on interdisciplinarity, in the exercise of knowledge production, on the Public Policies of Social Assistance and Education. The objective is to discuss how interdisciplinarity can help in coping with social inequalities experienced by transgender people. Contemporary studies on the reality of plasticity and corporeality of the bodies of trans identities, in view of the permanent social construction of the concept of gender in a world of constant change, need an interdisciplinary look. The concept of gender permeates and organizes everyone's life; It is so present that we have already naturalized its effects. The perspectives of various professionals in reference in academic production and in the execution of public policies, in the direction of trans identities, enable a path in the valorization of lives so undervalued to begin with. Interdisciplinarity can contribute to the

direction of the expansion of social rights and society needs to establish agencies and knowledge that are capable of social transformation. Regarding the confrontation of transgender people in access to public policies of social assistance and education, it is essential to face the approval and disapproval regarding gender identities and sexuality.

Keywords: *gender identity, transsexuality, transvestites, trans men and women, social assistance and public schools.*

Introdução

A interdisciplinaridade pode se apresentar como um elemento para a ampliação dos direitos sociais de pessoas transexuais¹, ao mesmo tempo contribuindo com a construção de saberes nas diversas atuações profissionais, enquanto busca a compreensão da realidade que segrega e subalterniza as pessoas travestis, mulheres e homens trans. Este não deixa de ser um desafio à construção do conhecimento científico na modernidade das novas identidades².

As identidades sociais e políticas no contexto brasileiro se encaixam em um cenário de luta por sua identidade de gênero, buscando a superação de qualquer forma de segregação, através da luta do contraditório heteronormativo.

Com relação às travestis, segundo Pelúcio (2009), estes diferenciam-se das

mulheres transexuais e dos homens trans, pois mesmo utilizando os simbólicos do sexo oposto, não procuram, contudo, realizar modificações em sua genitália.

Apesar da trajetória conturbada e destituída de direitos sociais, as pessoas trans possuem uma história que não se apaga. Mesmo diante de um regime de visibilidade como no Brasil que, desde 1997 com a Resolução 1.482, o Conselho Federal de Medicina aprovou a realização de cirurgias de transgenitalização nos hospitais públicos universitários do Brasil, como experimentação.

A destituição dos direitos sociais de forma arbitrária afeta, sem dúvida, a construção social e histórica das pessoas transexuais, sendo estas muitas vezes destituídas do pertencimento da cidade, da escolarização do direito à saúde, como

¹ Transexuais podem ser compreendidos como dissidências de gênero, fazendo repensar o que entendemos como homem ou mulher, masculino ou feminino. Além dos binarismos, há outras possibilidades de existências e as Transmasculinidades mostram, em sua multiplicidade, que outros gêneros são possíveis.

² Para Stuart Hall (2000, p, 111-112), significa “o ponto de encontro, o ponto de sutura, entre, por um lado, os discursos e práticas que tentam nos “interpelar”, nos falar ou nos convocar para que assumamos nossos lugares como os sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode falar.

forma de anular sua identidade construída e não nascida.

As pessoas transexuais são colocadas sob o panóptico desde o momento que assumem suas identidades de gênero, a constante vigilância e as penas sob seus corpos, as fazem vivenciar as penas de morte, alusão ao trecho de Foucault (2001) que afirma que ao transmutar os corpos do gênero designado, enquanto uma proibição, terá a pena de morte enquanto sentença.

Evolução Histórica, Conceitos e Características das Pessoas Trans e os Estudos dos Queer

A evolução histórica percorrida no movimento político em torno do que se denomina homossexualidade surgiu nos Estados Unidos, em 1948, tendo no seu expoente, Henry Hay, em uma das suas bandeiras de luta a eliminação das leis anti-homossexuais vigentes.

De acordo com Simões e Facchini (2009, p. 63), o movimento político que surgiu no final da década de 1970 não foi o primeiro esforço de articulação de pessoas em torno do interesse comum na homossexualidade no Brasil. O fluxo histórico das (homo) sexualidades, embora não se confunda com o da homofobia, é a primeira pista para compreendermos os

preconceitos contra as pessoas que fogem às regras e às normas sexuais e de gênero (CARVALHO, 2012, p. 14).

No Brasil, a conceitualização da homossexualidade como categoria perpassa obrigatoriamente por um processo de desenvolvimento recente em razão da rápida globalização (SALGADO, 2011, p. 47). Sua emergência deu-se na década de 1970, por meio dos vários movimentos LGBT, como ocorrido em vários países, tendo como consequência significados nos processos de politização das identidades de gênero com foco na sexualidade.

No cenário brasileiro, povoado por personagens tão variados quanto mutantes, fica difícil guiar-se por noções muito rígidas de orientação sexual, identidade sexual e mesmo identidade de gênero (SIMÕES & FACCHINI, 2009, p. 54). Os esforços desse grupo resistem em colocar-se contra a normalização, convencionada pela heteronormatividade homofobia, ao contrário da Teoria Queer, que representa claramente uma oposição defendida ao modelo heterossexual como correto e saudável.

De acordo com Miskolci (2015, p. 13), as origens históricas do Queer são da década de 1980, mas é importante ter em mente que ele se insere em um cenário aberto pelos novos movimentos sociais

surgidos duas décadas antes, sobretudo, o movimento pelos direitos civis. A Teoria Queer se destaca como abordagem distinta das chamadas minorias sociais, no estudo contemporâneo das diferenças, enquanto desafios para superação da subalternidade. Mais localmente, “(...) a Teoria Queer vai ser ressignificada na realidade brasileira, vai ser transformada e poderá virar outra coisa, mas me parece profícuo tentar refletir, mesmo que preliminarmente, sobre quais as propostas iniciais do queer e como ele está florescendo no Brasil” (MISKOLCI, 2015, p. 13).

Os rastros que a Teoria Queer pretende explicar ou até mesmo descrever nas articulações dos movimentos, podem ser chamados de certa forma de resistência do subversivo desviante, e em sua excentricidade afirmam que as pessoas trans não desejam ser “integradas” e muito menos “toleradas” (LOURO, 2014, p. 07). Queer é um jeito de pensar e de ser.

Objetivos

Neste artigo é proposta uma reflexão acerca da interdisciplinaridade, no exercício da produção de conhecimento,

acerca das Políticas Públicas da Assistência Social e Educação. O objetivo foi discutir de que forma a interdisciplinaridade pode auxiliar no enfrentamento das desigualdades sociais, vivenciadas pelas pessoas trans.

Desenvolvimento

Interdisciplinaridade

Segundo Lazzarato (2006, p, 13) é preciso que a sociedade seja capaz de estabelecer agenciamentos coletivos que correspondam à nova subjetividade, de tal maneira que ela queira a transformação. Neste cenário,

A produção de conhecimento interdisciplinar é um desafio que se coloca à ciência. Ao longo da construção humana, a ciência foi se diferenciando das demais formas de produção de conhecimento, pelo rigor do método, sendo ela alicerçada principalmente na divisão disciplinar, processo esse que marcou a modernidade (OLIVEIRA, FRANCO, 2015, p, 17).

A transexualidade traz a “desordem” a uma ordem estabelecida pela heteronormatividade³, que segundo Miskolci (2009, p. 156-157) representa:

Esse padrão de comportamentos é condizente com a ideia de que o padrão heterossexual de conduta é o único válido socialmente e que não seguir essa postura social e cultural coloca o cidadão em desvantagem perante o restante

³ Segundo o MARTINS, ROMÃO, LINDNER, REIS (2009, p, 12) Heteronormatividade, expressão utilizada para descrever ou identificar uma suposta norma social relacionada ao comportamento padronizado heterossexual.

[...] um conjunto de prescrições que fundamenta processos sociais de regulação e controle, até mesmo aqueles que não se relacionam com pessoas do sexo oposto [...] é uma denominação contemporânea para o dispositivo histórico da sexualidade que evidencia seu objetivo: formar todos para serem heterossexuais ou organizarem suas vidas a partir do modelo supostamente coerente, superior e “natural” da heterossexualidade.

Segundo Ávila (2014, p, 27) às pessoas trans, o sentimento de vergonha também se faz presente. Sentem vergonha do corpo, da família, dos/as amigos/as, e por vezes também há o sentimento de culpa por serem como são.

O reconhecimento de sua identidade de gênero daria visibilidade tanto aos seus aspectos sociais como político, obrigando-nos a desconstruir os chamados binarismos rígidos presentes na categoria de gênero, acerca do que é considerado feminino e masculino (SANTOS, 2016, p, 57).

Ainda para Santos (2016, p, 57):

Na atualidade nos deparamos com um grande aumento de informações nas mídias sociais brasileiras em relação à temática da orientação sexual e identidade de gênero, ainda muito

atreladas à organização da moral reguladora de certo e errado, que traz como consequências as desigualdades e a exclusão social.

Lazzarato (2006, p, 17-18) traz a concepção de binarismo como uma divisão da sociedade que coloca a dualidade das pessoas e das coisas enquanto organização do possível.

Se pensarmos na possibilidade em termos de possível/realização, a divisão de possíveis é dada antes na forma de oposição binárias: homem/mulher; capital/trabalho; natureza/sociedade; trabalho/lazer; adulto/criança; intelectual/manual; e assim por diante, de tal maneira que nossas percepções, gostos, afetos, desejos, papéis, funções já estão contidas nos limites dessas oposições dicotômicas atualizadas.

Segundo Ávila (2014, p, 32 apud BALZER, 2010, p, 81), o possível para as pessoas trans, está direcionado a sua vivência, com sua identidade de gênero⁴.

As pessoas transexuais são aquelas que possuem ou vivem/representam uma identidade de gênero diferente da atribuída ao nascer, incluindo aquelas que por obrigação, preferência ou livre escolha optam por apresentar-se, através da vestimenta, acessórios, cosméticos ou modificações corporais de modo

da sociedade. Esse conceito é a base de argumentos discriminatórios e preconceituosos contra LGBT, principalmente aos relacionados à formação de família e expressão pública.

⁴ Segundo o MARTINS, ROMÃO, LINDNER, REIS (2009, p, 16) é uma experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode

ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos e outros) e outras expressões de gênero, inclusive vestimenta, modo de falar e maneirismo.

diferente das expectativas a respeito do papel de gênero atribuído ao nascer.

A organização deste possível para Lazzarato (2006, p, 17-18), que segue a linha das autoras Oliveira e Franco (2015, p, 17), está relacionada ao desafio que se coloca na construção humana na produção do conhecimento.

A produção de conhecimento interdisciplinar é um desafio que se coloca à ciência. Ao longo da construção humana, a ciência foi se diferenciando das demais formas de produção de conhecimento, pelo rigor do método, sendo ela alicerçada principalmente na divisão disciplinar, processo esse que marcou a modernidade.

A contribuição dos diálogos dos autores que trata da interdisciplinaridade, em uma perspectiva metodológica trata-se de uma construção e reconstrução que nas falas das autoras Oliveira e Franco (2015, p, 18) demonstra que,

[...] Hoje, é possível perceber que a solução de problemas cada vez mais complexos passa necessariamente pela diversificação de iniciativas e das formas de pensar e de agir, principalmente no que tange à produção do conhecimento científico.

As reflexões sobre a possibilidade da interdisciplinaridade nas interlocuções sobre identidade na confluência da política de assistência social e educação, precisam ser compreendidas nos diversos campos dos saberes para o seu enfrentamento.

Política de Assistência Social e Identidade de Gênero

A Constituição Federal de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, em seus artigos 194 a 204, proporcionou a visibilidade e organização da Assistência Social enquanto direito do cidadão e dever do Estado, ampliando-a através da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS/1993), que em seu artigo 1ª estabelece que:

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Neste cenário, a implantação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) formulada no Governo Lula, consubstanciou o Sistema Único de Assistência Social, estabelecendo importantes procedimentos técnicos e políticos (PAIVA, 2006, p, 06). Os objetivos e alcance da efetivação da Política de Assistência Social, tem seu direcionamento no trabalho Intersectorial, visando a viabilidade de enfrentamento de situações multicausais.

A intersectorialidade deve expressar a articulação entre as políticas públicas, por meio do desenvolvimento de ações conjuntas destinadas à proteção social

básica e especial e ao enfrentamento das desigualdades sociais identificadas nas distintas áreas. Supõe a implementação de programas e serviços integrados e a superação da fragmentação da atenção públicas às necessidades sociais da população (COUTO, YAZBEK, RAICHELES, 2010, p. 39).

Tendo como marco a Lei Orgânica de Assistência Social/LOAS, observa-se que a PNAS, em vigor a partir de 2004, alargou o conceito de usuários da assistência social (COUTO, YAZBEK, RAICHELES, 2010, p. 46).

A assistência social configurada como política de proteção social significa garantir uma nova situação para o Brasil nesse campo. Nesta vertente, significa garantir a inclusão social a todos que dela necessitam e sem prévia contribuição. Nesse redesenho da assistência social é apontado quem, quantos, quais e onde estão os demandatários dos serviços (SANTOS, 2016, p. 59).

A tentativa de ultrapassar a lógica assistencialista da assistência social vem também da produção acadêmica que segundo Oliveira e Franco (2015, p. 19):

[...] da produção de conhecimento dentro dos espaços universitários requer, por um lado, reconhecer a universidade como um locus privilegiado de produção de conhecimento científico e admiti-lo como não neutro. Dessa forma, ela também é legitimadora de modelos de fazer ciência nem sempre explicitados. Essa aspiração requer, por outro lado, reconhecer-se que, nesse espaço, há lugar para refletir e propor práticas que buscam mudanças no fazer e no pensar a ciência.

Reforçando a ideia do conhecimento científico enquanto disciplina passando ao tempo do controle nota-se, nas falas de Lazzarato (2006, p. 61):

[...] Gilles Deleuze descreveu de maneira concisa, porém eficaz, essa passagem das sociedades disciplinares às sociedades de controle, oferecendo-nos uma reconstrução histórica a partir da dinâmica da diferença e da repetição que suscita novas interpretações sobre o nascimento e o desenvolvimento do capitalismo. Uma das mais importantes inovações teóricas de Deleuze diz respeito à questão da multiplicidade: os indivíduos e as classes nada mais são do que a captura, a integração e a diferenciação da multiplicidade.

Essa passagem das sociedades disciplinares às sociedades de controle não pode ser simplesmente deduzida das transformações do capitalismo, mas deve sim ser compreendida a partir da potência da multiplicidade (LAZZARATO, 2006, p. 62). “No capitalismo, não se trata apenas de um “Drama Universal”, o do Espírito (em Hegel) ou do Capital (em Marx), mas de uma “multiplicidade de dramas sociais” que precisam ser levados em conta” (LAZZARATO, 2006, p. 63).

No quesito dramas sociais, torna-se este um dos pontos centrais do entendimento no que tange as pessoas trans, para as quais os corpos, segundo Pelúcio (2009, p. 19), podem ser descritos como:

(...) artefatos inacabados, projetos inclusos, estão em processo contínuo de construção. É da natureza de nossa cultura contemporânea centrar a existência e a promessa de felicidade no corpo, fazendo-nos todos/as prisioneiros/as de ideias corpóreas inatingíveis.

Ainda segundo Butler (2005, p, 18 apud PELÚCIO, 2009, p, 87), os corpos nunca acatam inteiramente as normas mediante as quais se impõe sua materialização. Essa materialização do controle da sexualidade em Foucault (apud LAZZARATO, 2006, p, 64), em seus estudos sobre as sociedades disciplinares, está relacionada ao romper [...] com o reducionismo das explicações da dominação pela ideologia.

Os dualismos sexuais funcionam assim como dispositivos de captura e codificação de múltiplas combinações, que ativam não somente o sexo masculino e sexo feminino, mas mil outros pequenos sexos, os “n” devires possíveis da sexualidade. E são esses mil sexos que devem ser disciplinados e codificados para serem enquadrados no dualismo homem/mulher (LAZZARATO, 2006, p. 67).

O que percebemos ao pesquisar a interdisciplinaridade em relação aos direitos das pessoas trans e que está temática tem suas pesquisas realizadas em várias formações e disciplinas, no campo teórico e metodológico no que podemos chamar de uma nova política de gênero, através da Teoria Queer.

Segundo a filósofa norte-americana Judith Butler, o queer é uma nova política de gênero. Alguns tendem a ver essa realidade nos movimentos e na entrada progressiva de travestis e transexuais (MISKOLCI, 2015, p, 27).

A nova política de gênero, que também pode ser chamada de Queer, se materializa no questionamento das demandas feitas a partir dos sujeitos; em outras palavras, chama a atenção para as normas que os criam. Essa mudança de eixo na luta política se fundamenta em duas concepções distintas das relações de poder (MISKOLCI, 2015, p. 27).

Como já salientado acima, o autor Miskolci fortalece o pensamento em relação à obra de Foucault em relação ao poder repressor, ampliado também aos seus agentes de poder.

Michel Foucault é o responsável por essa mudança de eixo nas reflexões sobre o poder. Em vigiar e punir, o filósofo explica cuidadosamente como a concepção do poder como localizável e repressor não dá conta da realidade histórica contemporânea, na qual o poder está em toda parte e opera também por meio da incitação dos sujeitos a agirem de acordo com os interesses hegemônicos (MISKOLCI, 2015, p, 27-28).

O poder é sempre uma relação entre forças ao passo que as instituições são os agentes de integração, de estratificação dessas forças. As instituições fixam suas forças e suas relações [...] reprodutoras (LAZZARATO, 2006, p. 65).

Identidade de Gênero na Política da Educação

Sem ser única responsável pela transmissão de conhecimentos, a escola se constitui numa das instituições que mais determinam o modo de pensar das pessoas, destacando-se que (HERREJÓN, 2016, p. 39-40):

Os preconceitos de gênero dentro do ambiente escolar que se manifestam através de piadas e brincadeiras podem ser reflexos do que a criança vê e ouve dos adultos, ao nutrem atitudes homofóbicas que, na pior das hipóteses, podem alcançar proporções lamentáveis, como bullying, escapamento, isolamento e genocídio.

Os estereótipos atuam como reguladores dos padrões de comportamento, o que pode ser relacionado ao panóptico de Foucault, construído através do preconceito que analisa os dispositivos de poder que se aplicam segundo as modalidades de integração e diferenciação (LAZZARATO, 2006, p. 65).

A escola, enquanto veículo institucional pode reforçar preconceitos sociais através do discurso, mas também deve ficar atenta sobre os efeitos do Silenciamento Oficial (falta de discurso institucional), sobre qualquer assunto, particularmente sobre a diversidade de gênero, como forma tácita de incentivo ao preconceito (HERREJÓN, 2016, p. 45).

A análise das relações de poder em torno da classe, do gênero e da raça demonstra a complexidade das forças que modelam as atitudes e o comportamento sexual (LOURO, 2015, p. 60).

Os conjuntos binários, como os sexos e as classes, devem capturar, codificar e regular as virtualidades, as variações possíveis dos agenciamentos moleculares, as probabilidades de interação da cooperação neomonadológica. As classes operam a redução da multiplicidade a dualismos e a um todo coletivo que totaliza, que uniformiza as singularidades irreduzíveis. O conceito de classe trabalhadora designa um todo coletivo, não mais um todo distributivo (LAZZARATO, 2006, p. 67).

As questões ligadas ao binarismo fazem com que pessoas transexuais estejam entre os grupos vulneráveis, que carregam uma marca histórica, enquanto as políticas públicas como instância de direito, muitas vezes tornam-se distantes de sua efetivação.

Conclusão

A segregação dos direitos socioassistenciais e educacionais se mostra como realidade para muitas pessoas transexuais, existindo frequentemente um elemento transfóbico. Neste cenário, no ápice da problemática está a vivência da

identidade de gênero, não inteligível para muitos dos profissionais que atuam na assistência social e educacional. Essas proposições elencadas se associam a discussão sobre a vivência da identidade de gênero e a construção da plasticidade corporal enquanto elemento essencial das pessoas trans, enquanto um corpo de acordo com sua essência.

A busca de desvendar as experiências segregadoras das pessoas trans, é possível concluir que a exclusão dos direitos sociais se relaciona à sua não participação enquanto sujeito de direito. A transfobia na vida de uma pessoa transexual, como família, escola e as demais políticas públicas, torna-se mais uma barreira no crescimento pessoal, social e profissional. Assim torna-se imperativo que, via políticas públicas, as intervenções da política de assistência social e educação, possam direcionar suas intervenções para superação da subalternidade rompendo as situações de vulnerabilidade.

Referências Bibliográficas

- FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**; tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 14ªed. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.
- HALL, S. Quem precisa de identidade? In SILVA, T. T. (Org. e trad.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Editora Vozes, 2000.
- HERREJÓN, E. M. Diversidade de Gênero e Silenciamento. **Revista Hipótese**, v. 2, n. 3, 2016.
- LAZZARATO, M. **As Revoluções do Capitalismo**. A Política no Império. Editora Civilização Brasileira, 2006.
- LOURO, G. L. **O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade**. Editora Autêntica, 2015.
- MARTINS, F., ROMÃO, L., LINDNER, L., REIS, T. **Manual de Comunicação LGBT: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. 2015
- MISKOLCI, R. **Teoria Queer: Um aprendizado pelas diferenças**. Editora Autêntica, 2015.
- OLIVEIRA, M. R., FRANCO, M. E. D. P. Produção de conhecimento interdisciplinar: contextos e pretextos em programas de pós-graduação. **RBPG**, Brasília, v. 12, n. 27, p. 15 – 35, abril de 2015. file:///C:/Users/Robson03/Downloads/558-2516-2-PB%20(1).pdf. Acesso em 21/04/2017.
- PAIVA, B. A. O SUAS e os direitos socioassistenciais: A Universalização da Seguridade Social em Debate. **Revista Serviço Social & Sociedade**, nº 87. Editora Cortez, 2006.
- PELÚCIO, L. **Abjeção e Desejo: Uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids**. Editora Annablume, 2009.
- SANTOS, R. S. **Travestis em Situação de Rua no Centro da Cidade de São Paulo: Aproximações à realidade social e às intervenções da política de Assistência Social**. Editora Autografia, 2016.